



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Direitos humanos, segurança pública e sistema jurídico

Entre a punição e a pedagogia: desafios institucionais e multiprofissionais no atendimento socioeducativo em casos de violência escolar de alta visibilidade

Caroline Amado Barcelos Cruz¹

Talita Poloni²

Resumo: O artigo analisa experiências de atendimento socioeducativo em casos de violência escolar de alta visibilidade no Espírito Santo. O contexto é marcado por um paradoxo: a intensa visibilidade midiática do ato infracional, que gera pressão social por respostas punitivas, contrapõe-se à invisibilização do adolescente e das práticas técnico-institucionais. O objetivo é relatar e analisar desafios e estratégias construídas a partir de três perspectivas: gestão da Unidade de internação, acompanhamento multiprofissional e interface com o Sistema de Justiça.

Palavras-chave: socioeducação; violência escolar; trabalho multiprofissional.

Between punishment and education: institutional and multidisciplinary challenges in socio-educational services for high-profile cases of school violence

Abstract: The article analyzes experiences with socio-educational interventions in high-profile cases of school violence in Espírito Santo. The context is marked by a paradox: the intense media coverage of the offense, which generates social pressure for punitive responses, leads to the invisibility of the adolescent and of technical-institutional practices. The objective is to report on and analyze the challenges and strategies developed from three perspectives: management of the detention facility, multidisciplinary support, and interaction with the justice system.

Keywords: social education; school violence; multidisciplinary work.

1. Introdução

A política socioeducativa brasileira, orientada pelos princípios da proteção integral e da responsabilização de adolescentes e jovens em conflito com a lei, fundamenta-se na articulação entre diferentes campos do saber e na construção de práticas que ultrapassam a lógica estritamente punitiva.

No entanto, a materialização desses princípios ocorre em um contexto social marcado por desigualdades estruturais, violência e fragilização de vínculos sociais, elementos que atravessam diretamente as trajetórias dos adolescentes/jovens atendidos

¹Pós-graduada em Políticas Públicas e Socioeducação (UnB), Gerente da Unidade de Internação Provisória II (Unip II) do Iases. Email: caroline.cruz@ias.es.gov.br

²Psicóloga socioeducativa, especialista em Saúde e Intervenção Psicossocial 1. Email: talitapoloni2018@gmail.com

pelo sistema socioeducativo.

Nesse cenário, episódios crescentes de violência que envolvem o ambiente escolar, espaço historicamente associado à proteção, socialização e desenvolvimento, passam a demandar maior atenção das políticas públicas, o que evidencia a complexidade das dinâmicas que envolvem juventude, escola e território.

A reação do Estado diante desses ataques tem, em muitos casos, assumido contornos punitivistas. sido reiteradamente punitivistas. Conforme França et al. (2024), as respostas se concentram em políticas de militarização das escolas e de vigilância massiva, ao ignorar as raízes sociais e subjetivas do fenômeno. Essa postura se agrava pelo fato de que as escolas atacadas são, em grande parte, frequentadas por jovens de classe média, com os quais as elites se identificam, diferentemente das violências cotidianas que atingem a juventude negra e periférica, historicamente invisibilizadas pelas políticas públicas e alvos do sistema penal como um todo.

Os ataques contra as escolas também podem ser mediadas pela disputa de narrativas que se acentuou nos últimos anos, com perspectivas diferenciadas do uso da palavra *liberdade*, por exemplo. De um lado, grupos que buscam justificar suas ações truculentas e práticas desumanizadoras, e por outro lado, com um viés mais humanista, uma perspectiva ontológica vinculada a práticas emancipatórias e acolhedoras de diversidades.

No contexto da medida socioeducativa de internação, essa complexidade se intensifica, e exige das equipes e da gestão da Unidade respostas que articulem segurança, garantia de direitos, orientação quanto aos deveres e intencionalidade pedagógica.

Diante disso, a atuação dos profissionais é fundamental para o processo, uma vez que contribui para a compreensão das trajetórias individuais, das vulnerabilidades sociais e dos fatores que influenciam o comportamento infracional.

Assim, por meio de atendimentos, avaliações e intervenções multidisciplinares, o acompanhamento técnico auxilia na construção de estratégias voltadas ao desenvolvimento do adolescente/jovem e à sua reintegração social.

Este artigo, em formato de relato de experiência, foi produzido através de um estudo qualitativo, de natureza descritivo-analítica, construído a partir do relato de experiência de profissionais que atuam em diferentes interfaces do sistema

socioeducativo no estado do Espírito Santo.

A produção do material baseou-se no levantamento de casos com características semelhantes, especialmente aqueles relacionados a episódios de violência contra instituições escolares e que tiveram significativa repercussão midiática no estado do Espírito Santo, atendidos em Unidades de internação socioeducativa.

A partir desse recorte, foram selecionadas experiências consideradas relevantes para análise, considerando sua complexidade e os desafios institucionais envolvidos. Sendo assim, três (03) ações foram destacadas: Aracruz (2022), Cariacica (2024) e Vitória (2026).

A construção desse relato ocorreu de forma coletiva, com envolvimento de profissionais com atuação na gestão de Unidade socioeducativa, no acompanhamento técnico direto ao adolescente/jovem e no Sistema de justiça, o que possibilitou a articulação de diferentes perspectivas sobre o mesmo fenômeno.

Em consonância com os princípios éticos, foram adotadas estratégias de preservação da identidade dos adolescentes/jovens e demais envolvidos, com supressão ou alteração de informações que pudessem permitir sua identificação.

O recorte temporal contempla experiências recentes, situadas em um período marcado pelo aumento da visibilidade de casos dessa natureza no cenário nacional, permitindo a análise de seus impactos nas práticas socioeducativas contemporâneas.

O artigo apresenta um relato de experiência que evidencia estratégias institucionais orientadas à construção de espaços coletivos e dialogados, capazes de articular saberes e vivências de forma horizontalizada.

Essas estratégias buscam responder às demandas complexas da realidade escolar, evitando diagnósticos precipitados ou planos de ação fragmentados que reproduzem a impotência institucional. A mediação entre o particular e o universal, entre experiências concretas e determinantes estruturais, constitui o eixo central das reflexões coletivas desenvolvidas pelo relato de experiência.

2. Desenvolvimento

Nos últimos anos, casos de violência que envolve instituições escolares, amplamente divulgados pela mídia, têm produzido impactos significativos no funcionamento das Unidades socioeducativas. A elevada exposição pública desses acontecimentos tende a mobilizar respostas sociais marcadas por comoção e urgência,

frequentemente associadas a expectativas de endurecimento das medidas socioeducativas.

Nesse cenário, observa-se um fenômeno paradoxal: ao mesmo tempo em que há intensa visibilidade do fato, há, por outro lado, processos de invisibilização do sujeito adolescente e das práticas técnico-institucionais desenvolvidas no interior das Unidades. Tal dinâmica impõe desafios adicionais às equipes, tanto técnica quanto de segurança, que passam a atuar em contexto de ampla visibilidade externa, ao mesmo tempo em que precisam sustentar intervenções qualificadas, éticas e comprometidas com a singularidade de cada caso.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo relatar e analisar experiências de atendimento socioeducativo em casos de violência contra instituições escolares, a partir de três (03) perspectivas complementares: a gestão de Unidade de internação, o acompanhamento multiprofissional e a interface com o Sistema de Justiça. Busca-se evidenciar desafios e estratégias construídas na prática, na intenção de contribuir para a reflexão no âmbito da atuação socioeducativa em contextos de alta complexidade e visibilidade social.

A chegada de casos relacionados à violência contra instituições escolares, especialmente aqueles marcados por ampla repercussão midiática, produz efeitos imediatos e profundos no cotidiano das Unidades socioeducativas. Tais situações instauram um ambiente de elevada visibilidade pública e monitoramento social contínuo, no qual as práticas institucionais passam a ser, direta ou indiretamente objeto de atenção, julgamento e expectativa por parte da sociedade e do Sistema de Justiça.

Nesse contexto, há uma série de demandas que tendem a incidir sobre os servidores lotados nas Unidades, manifestando-se de múltiplas formas, como: exigências por respostas rápidas, questionamentos sobre a condução do atendimento e, não raramente, expectativas alinhadas a uma lógica punitiva. Soma-se a isso a existência de dúvidas sobre como proceder, tendo em vista que, até então, não havia protocolos previamente estabelecidos para direcionar situações dessa natureza no contexto estadual.

Nesse cenário, essa dinâmica incide diretamente sobre a organização institucional, o que exige da gestão a capacidade de sustentar decisões técnicas em meio à intensificação das demandas, bem como a construção de um trabalho coletivo, de modo que as ações não se sobreponham, mas se complementem em favor da efetividade do

atendimento.

Conforme propõe Marshall B. Rosenberg, a comunicação orientada para a escuta, a clareza de necessidades e a construção de soluções compartilhadas contribui para a redução de respostas reativas e para o fortalecimento de práticas mais conscientes e alinhadas aos objetivos institucionais (ROSENBERG, 2006).

Nesse contexto, observa-se a necessidade, do ponto de vista organizacional, de reordenamento das rotinas e fluxos internos, com vistas a promover tanto a segurança quanto a continuidade das ações socioeducativas. A mobilização das equipes passa a demandar a ampliação do alinhamento, a comunicação constante e a definição clara de papéis, a fim de evitar fragmentações da rotina da Unidade e respostas reativas baseadas exclusivamente na urgência do caso.

O impacto institucional também pode ser compreendido a partir da perspectiva dos mecanismos disciplinares. Ao analisar a transformação histórica das práticas punitivas, Michel Foucault afirma que “o ponto ideal da penalidade hoje seria a disciplina infinita: (...) um inquérito que se prolongasse sem limite (...) ao mesmo tempo a constituição de um processo nunca encerrado” (FOUCAULT, 2007, p. 187). Tal formulação permite refletir sobre a tendência de manutenção de processos contínuos de vigilância, controle e avaliação dos sujeitos, especialmente em casos de grande repercussão social, nos quais se intensificam as expectativas de monitoramento permanente por parte das instituições e da sociedade.

No âmbito socioeducativo, contudo, essa lógica encontra limites normativos e éticos, uma vez que contradiz os princípios previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (2012), que orientam as medidas socioeducativas para fins de responsabilização e pedagógicos, de caráter temporário e vinculados à garantia de direitos, sem desconsiderar os deveres dos adolescentes.

Nessa direção, a necessidade de sustentar práticas socioeducativas em contextos de forte apelo punitivo pode ser compreendida a partir da mudança de perspectiva proposta por Howard Zehr, ao defender a substituição de uma lógica centrada exclusivamente no ato infracional por uma abordagem que considere as relações, os impactos e as possibilidades de responsabilização (ZEHR, 2008).

Diante disso, nota-se um desafio institucional, de sustentar uma prática socioeducativa finita e orientada à responsabilização, em um contexto social que, muitas vezes, demanda controle ampliado e permanência, ainda que simbólica, da punição.

Nesse contexto, destaca-se a importância da articulação entre as demandas relacionadas à segurança e os demais princípios que orientam a socioeducação. Em situações de alta complexidade e visibilidade, pode haver maior centralidade das demandas organizacionais e de proteção, ou seja, maior ênfase às demandas organizacionais e de proteção em relação às demais dimensões, o que requer atenção permanente para a manutenção da intencionalidade pedagógica das intervenções.

No cenário analisado, essa relação se estruturou de forma articulada entre as equipes, o que não se configurou como um campo de oposição, mas como um espaço de construção conjunta, no qual diferentes saberes e atribuições se integraram em favor do atendimento. Sustentar o caráter socioeducativo da medida, nessas circunstâncias, implicou o fortalecimento de estratégias compartilhadas, capazes de conciliar organização institucional, proteção e cuidado.

Essa dinâmica pode ser compreendida à luz da Janela da Disciplina Social, proposta por Wachtel e McCold, que articula níveis de apoio e controle como base para a gestão de comportamentos. Nessa perspectiva, práticas mais efetivas são aquelas que operam “com” o sujeito, integrando responsabilização e cuidado. Tal compreensão dialoga com o campo da justiça restaurativa, ao propor respostas que ultrapassam a lógica exclusivamente punitiva e consideram os impactos relacionais do ato, conforme discutido por Pinho (2009). A experiência analisada evidencia que a construção coletiva de estratégias e protocolos entre as equipes possibilitou essa atuação integrada, respeitando as especificidades e limites de cada área.

Outro aspecto relevante diz respeito aos processos decisórios. A tomada de decisão, nesses casos, passa a ocorrer em um cenário paradoxal: ao mesmo tempo em que há intensa visibilidade do fato, observa-se uma relativa invisibilização dos processos técnicos que fundamentam as intervenções.

As decisões institucionais, ainda que baseadas em critérios legais e técnicos, nem sempre são plenamente compreendidas em sua complexidade, o que pode gerar tensões adicionais. Trata-se, portanto, de atuar em um espaço marcado pela visibilidade do evento e pela dificuldade de visualização do trabalho técnico que o acompanha, mesmo

quando sustentado por um Programa Institucional previamente estruturado.

Diante desse cenário, a gestão da Unidade assume papel estratégico na mediação dessas demandas, pois busca proporcionar a coesão da equipe, a fidelidade aos princípios da política socioeducativa e a proteção dos envolvidos no processo. Isso implica, frequentemente, a realização de ajustes ao longo do percurso, com reavaliação de estratégias, reorganização de fluxos e fortalecimento dos espaços de discussão coletiva.

Os aprendizados decorrentes dessas experiências indicam que, mais do que respostas prontas, tais situações exigem capacidade institucional de análise contínua, flexibilidade operativa e sustentação ética das práticas. Nesse sentido, o enfrentamento de casos de alta visibilidade não se limita à gestão do evento em si, mas convoca a Instituição a reafirmar, na prática, os fundamentos que orientam sua atuação.

3. O Acompanhamento Multiprofissional

Os contextos de violência que envolvem o ambiente escolar, especialmente aqueles marcados por ampla repercussão midiática, produzem efeitos diretos não apenas sobre os adolescentes atendidos, mas também sobre as equipes responsáveis pelo acompanhamento.

Para os profissionais, tais situações implicam, frequentemente, sobrecarga emocional, ampliação do senso de responsabilidade e a necessidade de sustentar intervenções qualificadas em meio a pressões externas e institucionais. Nesse cenário, torna-se fundamental a existência de suporte institucional, espaços de supervisão e estratégias de cuidado voltadas à saúde mental das equipes.

O acompanhamento de adolescentes envolvidos nessas situações evidencia, de forma contundente, a centralidade do trabalho multiprofissional no contexto socioeducativo. Trata-se de um processo que não se sustenta em intervenções isoladas, mas na construção contínua de estratégias compartilhadas entre diferentes áreas, e neste cenário estão presentes: a psicologia, o serviço social, a pedagogia, a assistência jurídica e os agentes socioeducativos, cujas atuações se complementam a partir de suas especificidades, sem perder de vista a integralidade do atendimento.

Desde o ingresso do adolescente na Unidade, o caso passa a demandar uma organização diferenciada do acompanhamento, tanto em razão dos riscos relacionados à sua integridade quanto pela necessidade de preservação de sua identidade diante da exposição externa. Em situações de ampla visibilidade, a circulação de informações pode

mobilizar relações sociais marcadas por intolerância e expectativas de respostas punitivas imediatas, o que exige da equipe não apenas rigor técnico, mas também posicionamento institucional consistente na condução do caso.

Essa organização, no entanto, é conduzida com cautela, de modo a não romper com os parâmetros institucionais que orientam o atendimento socioeducativo, especialmente no que se refere ao sistema de fases (inicial, intermediária e conclusiva), que assegura referências comuns aos adolescentes em cumprimento de medida. Assim, a definição de fluxos, a pactuação de condutas e o alinhamento entre os profissionais tornam-se elementos centrais para sustentar uma atuação coerente e integrada, capaz de contemplar as especificidades do caso sem comprometer os princípios de equidade e a lógica coletiva que estruturam o funcionamento da Unidade.

No cotidiano, o manejo dos atendimentos exigiu constante articulação entre as equipes. A psicologia assumiu a condução dos atendimentos individuais, com foco na escuta qualificada e na compreensão dos aspectos subjetivos implicados no caso. O serviço social contribuiu para a leitura das condições familiares e sociais, enquanto a pedagogia buscou garantir a continuidade das atividades educativas, ainda que diante das limitações impostas pela situação. A assistência jurídica acompanhou os desdobramentos processuais, e os agentes socioeducativos desempenharam papel fundamental na mediação do cotidiano, na observação contínua e na sustentação das rotinas institucionais.

Essa atuação integrada mostrou-se essencial diante da complexidade apresentada. Em casos dessa natureza, observa-se o risco de redução do adolescente à gravidade do ato cometido, o que pode obscurecer sua história e suas possibilidades de elaboração. O trabalho multiprofissional, nesse sentido, operou como um contraponto a essa redução, de maneira a permitir a construção de uma leitura mais ampla e contextualizada, em consonância com a perspectiva de Howard Zehr (2008), que propõe o deslocamento do foco exclusivo no ato para a compreensão das relações, dos impactos e das possibilidades de responsabilização.

No que se refere à vinculação, o processo não se deu de forma imediata. Marcado inicialmente por resistência, silêncio e desconfiança, o acompanhamento exigiu tempo, consistência e manejo qualificado por parte dos profissionais. A construção do vínculo foi sendo tecida gradualmente, a partir da manutenção de uma presença estável, da escuta

sem julgamento e do respeito ao tempo de cada sujeito, em uma perspectiva que se aproxima dos princípios da Comunicação Não Violenta, conforme proposto por Marshall B. Rosenberg (2006), ao priorizar uma escuta atenta às necessidades e aos significados subjacentes às expressões comportamentais.

A partir das experiências analisadas, observou-se a recorrência de elementos que, embora construídos de forma situada e contextualizada, contribuíram para a sustentação do acompanhamento multiprofissional em cenários de alta complexidade e visibilidade.

Tais elementos não se configuram como um modelo prescritivo, mas como referências orientadoras, capazes de subsidiar a atuação de equipes em situações semelhantes, respeitando as especificidades de cada realidade institucional. Nesse sentido, apresentam-se, a seguir, dimensões que sintetizam aspectos relevantes identificados no processo de acompanhamento.

Quadro 1 – Elementos orientadores para o acompanhamento multiprofissional em casos de alta complexidade e visibilidade

Eixo de atuação	Direcionamento prático
Construção coletiva das estratégias	Definição compartilhada, desde o ingresso, das condutas, fluxos e responsabilidades entre as equipes, favorecendo maior coerência e antecipação de riscos.
Organização do acompanhamento	Estruturação de atendimentos que considerem a proteção do adolescente e, simultaneamente, a manutenção da lógica institucional, com adaptações pactuadas coletivamente.
Equilíbrio entre singularidade e coletividade	Adoção de estratégias que contemplem especificidades do caso sem romper com o sistema de fases e os princípios de equidade entre os socioeducandos.
Comunicação interprofissional	Realização de espaços sistemáticos de discussão de caso, com compartilhamento de informações, revisão de estratégias e alinhamento contínuo das intervenções.
Atuação dos agentes	Valorização da observação cotidiana, da mediação das

socioeducativos	relações e da contribuição desses profissionais na sustentação das rotinas e na leitura ampliada do caso.
Manejo técnico do acompanhamento	Condução dos atendimentos a partir de escuta qualificada, respeito ao tempo do adolescente e ajustes contínuos das estratégias, conforme as respostas apresentadas.
Gestão das pressões externas	Sustentação de posicionamento institucional técnico diante de expectativas externas, estratégia de cuida com familiares, adolescentes e equipe.
Cuidado com as equipes	Implementação de espaços de estudo de caso com a equipe técnica e agentes referências, apoio da equipe gestora da Unidade nas demandas e diálogo constante sobre o lidar do caso.

Os elementos sistematizados no quadro apresentado sintetizam dimensões recorrentes observadas ao longo das experiências analisadas, o que evidencia a necessidade de articulação entre diferentes frentes de atuação no acompanhamento multiprofissional.

No entanto, sua operacionalização no cotidiano institucional não se dá de forma linear ou isenta de desafios, sendo atravessada por condicionantes concretas, demandas emergentes e pela própria singularidade de cada caso, o que exige da equipe permanente capacidade de análise, adaptação e tomada de decisão compartilhada.

4. Considerações Finais

As experiências analisadas evidenciam que o atendimento socioeducativo em casos de violência contra instituições escolares, especialmente sob ampla repercussão midiática, impõe desafios que extrapolam o manejo técnico individual.

Conforme discutido por Michel Foucault (2007), os mecanismos de controle extrapolam os limites das instituições formais, configurando-se de maneira difusa no tecido social, por meio da produção de normas, vigilância e julgamento, o que pode tensionar os fundamentos da socioeducação.

Neste contexto, destaca-se a centralidade do trabalho multiprofissional, com articulação contínua entre gestão, equipes técnicas e de segurança e sistema de justiça, em um processo marcado por tensões e pela necessidade de negociação permanente, clareza de papéis e revisão das práticas.

O risco de maior centralidade das demandas de segurança e controle exige posicionamento institucional consistente, o que evidencia a importância da atuação articulada com a equipe de segurança, pautada em protocolos construídos de forma conjunta e no respeito às especificidades de cada área. Tal articulação pode ser compreendida à luz da Janela da Disciplina Social, ao favorecer intervenções que operam “com” o adolescente, ao integrar responsabilização e cuidado.

Como recomendações, ressalta-se a necessidade de fortalecer espaços coletivos de discussão de casos, qualificar os fluxos interinstitucionais e investir no apoio às equipes, com reconhecimento da importância de processos comunicacionais qualificados, baseados na escuta e na construção coletiva de soluções, conforme proposto por Marshall B. Rosenberg (2006).

Por fim, reafirma-se a importância do fortalecimento da política socioeducativa, com investimento em estrutura e formação continuada, de modo a sustentar práticas comprometidas com a garantia de direitos e orientação dos deveres, alinhadas a uma perspectiva que, conforme Howard Zehr (2008), desloca o foco da resposta institucional para abordagens que consideram responsabilização, relações e impactos.

Referências

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)**. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

FRANÇA, Leandro Ayres; *et al.* **Violência extrema em escolas: uma análise descritiva (2001-2024)**. Revista do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), São Paulo, 2024.

PINHO, Rafael Gonçalves de. **Justiça restaurativa:** um novo conceito. Revista Eletrônica de Direito Processual, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/redp/article/view/7943/5704> Acesso em: 20 abr. 2026.

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação não-violenta:** técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. São Paulo: Ágora, 2006.

ZEHR, Howard. **Trocando as lentes:** um novo foco sobre o crime e a justiça. São Paulo: Palas Athena, 2008.